

Sumário

Introdução	13
1. Princípios Fundamentais do Processo Administrativo	17
1.1. Isonomia	19
1.2. Legalidade.....	24
1.3. O devido processo legal.....	27
1.4. O contraditório e a ampla defesa.....	30
1.5. A fundamentação	41
1.6. A publicidade	49
1.7. Do interesse público.....	53
1.8. Da razoabilidade e da proporcionalidade	55
1.9. Da oficialidade	56
1.10. Da verdade material.....	57
1.11. Da informalidade	58
1.12. Da inadmissibilidade de provas ilícitas	60
2. Competência – Aspectos Gerais	65
2.1. Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	65
2.2. Juntas de Recursos.....	66
2.3. Câmaras de Julgamento.....	67
2.4. Conselho Pleno.....	68
3. Dinâmica do Processo Administrativo de Benefícios	71
3.1. Legitimados.....	72
3.2. Impedimentos e Suspeição.....	73
3.3. Comunicação dos Atos.....	74
3.4. Início do Processo – Solicitação da Prestação	75
4. Formalização do Processo	77
4.1. Fase Instrutória – Instrução do Processo Administrativo	77
4.2. Justificação Administrativa	78
4.3. Pesquisa Externa.....	79
5. Fase Decisória	81

5.1. Decisão Administrativa	81
5.2. Direito de Opção	82
6. Dinâmica da Fase Recursal	83
6.1. Prazos de Recurso	83
6.2. Cumprimento dos Acórdãos.....	85
6.3. Incidentes Processuais	86
6.3.1. Dos Embargos.....	86
6.3.2. Do Erro Material	87
6.3.3. Da Revisão de Ofício	88
6.3.4. Do Conflito de Competência.....	89
6.4. Outras Disposições da Fase Recursal.....	89
6.5. Desistência do Processo.....	90
7. Conclusão do Processo Administrativo	91
8. Dinâmica do Processo Administrativo Fiscal	103
8.1. Sistema de financiamento da Seguridade Social	103
8.2. Contribuições para o Sistema de Seguridade Social.....	105
8.3. Constituição do Crédito Tributário – Lançamento	117
8.3.1. Modalidades de Lançamento.....	118
8.3.2. Misto (ou por declaração).....	119
8.3.3. Autolancamento (por homologação)	119
8.3.4. Lançamento direto (ou de ofício)	120
8.4. Normas aplicáveis ao processo administrativo previdenciário fiscal	122
8.5. Medidas Preparatórias	130
8.5.1. Mandado de Procedimento Fiscal	131
8.5.2. Aferição indireta.....	138
8.6. Defesa Administrativa	140
8.6.1. Revelia.....	141
8.6.2. Preclusão	142
8.6.3. Das provas	143
8.6.4. Ônus da prova.....	147
8.6.5. Prova emprestada	148
8.7. Arrolamento de Bens	149
8.8. Decisão de primeira instância e seus efeitos.....	151
8.8.1. Recursos	152
8.8.2. Do depósito recursal	156
8.8.3. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	161
8.9. Inscrição na Dívida Ativa.....	164
8.10. Do processo de consulta.....	166
9. Processo Administrativo – Previdência Privada	171

10. Poder de Fiscalização das Entidades de Previdência Privada	173
10.1. Estado Regulador	175
10.2. Estado Fiscalizador.....	177
10.3. Entidades Fechadas de Previdência Privada.....	180
10.3.1. Conselho Deliberativo.....	185
10.3.2. Conselho Fiscal.....	185
10.3.3. Diretoria Executiva	186
10.4. Entidade Abertas de Previdência Complementar	186
10.5. Superintendência Nacional de Previdência Complementar	190
10.5.1. Consultas relativas à Aplicação da Legislação Vigente	193
10.6. Conselho Nacional de Previdência Complementar.....	197
10.7. Câmara de Recurso da Previdência Complementar	199
10.8. Superintendência de Seguros Privados.....	202
10.9. Conselho Nacional de Seguros Privados.....	203
10.10. Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização	205
11. Dinâmica do Processo Administrativo – Entidades Fechadas de Previdência Privada	209
11.1. Auto de Infração	211
11.1.1. Defesa	214
11.1.2. Julgamento	215
11.1.3. Recurso	216
11.1.4. Penalidades Administrativas	222
11.2. Inquérito Administrativo	224
12. Dinâmica do Processo Administrativo – Entidades Abertas de Previdência Privada	229
12.1. Instauração	231
12.1.1. Defesa	234
12.1.2. Julgamento	235
12.1.3. Recurso	238
12.1.4. Sanções Administrativas	241
12.1.5. Processo Administrativo Sancionador	249
13. O Direito Processual Aplicável ao Processo Judicial Previdenciário.....	251
13.1. A efetividade do processo.....	252
13.2. A instrumentalidade do processo	253
13.3. Processo e a efetividade dos direitos sociais	255
13.4. Processo Judicial Previdenciário	260
13.4.1. Processo judicial previdenciário - benefícios	261
13.4.2. Processo judicial previdenciário - custeio	262
13.4.3. Processo judicial – previdência complementar.....	264

14. Princípios Fundamentais do Processo Judicial.....	271
14.1. Conceito dos princípios fundamentais.....	272
14.2. Princípio da Segurança Jurídica	273
14.3. Princípio da Igualdade.....	274
14.4. Princípio da legalidade	276
14.5. Princípio da irretroatividade das leis.....	278
14.6. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	279
14.7. Princípio do devido processo legal e princípio do contraditório.....	280
14.8. Princípio da publicidade dos atos processuais	282
15. Prescrição e Decadência.....	285
15.1. Termo inicial do prazo prescricional.....	289
15.2. Termo inicial do prazo de decadência.....	290
15.3. Prescrição da ação anulatória	292
16. Aspectos Gerais das Condições da Ação.....	293
16.1. A possibilidade jurídica do pedido	294
16.2. A legitimidade das partes	295
16.3. O interesse processual.....	296
17. Competência – Aspectos Gerais.....	299
17.1. A Competência em matéria previdenciária	301
17.1.1. A competência para julgar as ações que tratam dos benefícios da previdência social	301
17.1.2. Competência para julgar ações que versam sobre acidentes de trabalho	303
17.1.3. Competência dos Juizados Especiais Federais	303
17.2. Competência para julgar as ações que tratam do custeio da seguridade social	304
17.2.1. Competência da Justiça do Trabalho para cobrar contribuições sociais.....	305
17.3. Competência para julgar ações que tratam de benefícios da previdência complementar.....	306
18. Da necessidade (ou não) do prévio requerimento administrativo em matéria previdenciária	321
18.1. Do efeito do ajuizamento da ação judicial no processamento do recurso administrativo.....	324
18.2. Das ações de iniciativa do BENEFICIÁRIO segurado ou dependente ...	325
18.3. Da classificação das ações previdenciárias.....	325
18.4. Da ação concessória de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.....	328
18.5. Da ação concessória de auxílio-acidente.....	334

18.6. Da ação de concessão de pensão por morte	338
18.7. Da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição	344
18.8. Das Ações declaratórias	347
19. Da Tutela de Urgência – tutela antecipada e tutela cautelar	349
19.1. A Antecipação da Tutela e as Ações Previdenciárias	351
19.2. Das Medidas Cautelares (art. 796 e seguintes do CPC)	351
19.3. DA (IR) Repetibilidade dos Valores Decorrentes de Tutelas de Urgência Cassadas ou Revogadas.....	353
20. As Ações Coletivas e o Direito Previdenciário – da ação civil pública	357
20.1. Da (i) legitimidade do Ministério Público Federal para ajuizamento de Ação Civil Pública.....	358
21. Da Ação Regressiva em Ação Acidentária	361
22. As Peculiaridades do Processo das Ações que Versam sobre Benefícios.....	365
22.1. Da Sentença.....	365
22.1.1. Limites da Sentença	366
22.2. Dos recursos cabíveis em face de decisões proferidas em ações previdenciárias.....	367
22.3. Da Apelação	372
22.3.1. Dos Efeitos do recebimento da apelação em matéria previdenciária.....	372
22.4. Da possibilidade de ser dado efeito suspensivo.....	372
22.5. Do Prequestionamento.....	373
22.6. Do Reexame Necessário ou da remessa oficial.....	374
22.7. Eficácia das Sentenças e Repercussão Previdenciária.....	374
22.8. Documentos novos apresentados somente em juízo – repercussão na data do início do benefício – a partir da citação.....	377
23. Da Execução das Sentenças Previdenciárias.....	379
23.1. Da Liquidação das Sentenças	379
23.2. Da Execução Invertida.....	380
23.3. Dos Embargos à Execução	380
23.4. Do Pagamento dos Valores Devidos pela Fazenda	381
23.5. Da Compensação de Precatórios.....	381
23.6. Dos Juros Moratórios	383
24. Da Extinção da Execução	385
25. Dos Juizados Especiais Federais.....	387
25.1. Matérias Excluídas da apreciação dos Juizados Especiais Federais	387
25.2. Dos Princípios dos Juizados Especiais.....	388
25.3. Do Valor de Causa	388

25.4. Das Partes nos Juizados Especiais	389
25.5. Da Defesa.....	389
25.6. Dos Recursos cabíveis.....	391
25.7. Da Uniformização da Jurisprudência	391
25.8. Do Mandado de Segurança no Ambiente do Juizado Especial Federal	394
25.9. Da Ação Rescisória nos Juizados Especiais Federais	395
25.10. Do Litisconsórcio	396
25.11. Da Intervenção de Terceiros ou Assistência	396
25.12. Da Intervenção do Ministério Público	396
25.12.1. Recursos Não Admitidos no Ambiente do Juizado Especial Federal	396
26. Da Dinâmica das Ações Judiciais em Matéria de Financiamento.....	399
26.1. Provas e presunções	399
26.2. Do título executivo e do lançamento	406
26.3. Ações de iniciativa do contribuinte.....	410
26.4. Ação declaratória.....	410
26.5. Ação anulatória de lançamento	416
26.6. Ação de consignação em pagamento	421
26.7. Ação de Repetição de Indébito	425
26.8. Mandado de Segurança	430
26.9. Cautelares	433
26.10. Ação de Iniciativa do Poder Público.....	436
26.10.1. Execução Fiscal.....	436
26.11. Teoria Geral das Sentenças.....	443
26.12. Teoria Geral dos Recursos.....	444
27. A Dinâmica das Ações Judiciais em Matéria de Previdência Privada.....	455
27.1. As ações que versam sobre benefícios	456
27.2. A competência – reflexos da indefinição.....	457
27.3. Os prazos de prescrição	457
28. O processo perante a Justiça Comum Estadual	459
28.1. Procedimento – processo de conhecimento	460
28.2. Petição Inicial.....	461
28.3. Litisconsórcio – intervenção de terceiros.....	462
28.4. Resposta do réu – revelia.....	464
28.5. Provas – julgamento antecipado da lide.....	465
28.5.1. Prova documental	466
28.5.2. Prova testemunhal.....	466
28.5.3. Prova pericial – Perícia Atuarial.....	467
28.5.4. Outras provas.....	468

28.6. Audiência.....	469
28.7. Sentença	469
28.8. Recursos.....	470
28.8.1. Apelação	471
28.8.2. Agravo.....	471
28.8.3. Embargos infringentes e de declaração	472
28.8.4. Recurso Especial e Recurso Extraordinário	473
28.9. Execução – liquidação de sentença	474
29. O Processo Perante a Justiça Federal do Trabalho	477
29.1. A responsabilidade solidária.....	478
30. As ações que versam sobre a gestão das entidades de previdência complementar.....	481
31. As ações que decorrem do processo de fiscalização das entidades de previdência complementar	487
32. Anexo I – Súmulas.....	489
33. Bibliografia	493